



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da amagis pelo whatsapp ou telegram - (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Mobilização derrota a reforma da Previdência

A resistência e mobilização das Associações de Magistrados, de membros do MP e de outras entidades levaram o governo a retirar a reforma da Previdência da pauta do Congresso Nacional. Com essa significativa vitória, a Amagis, a AMB e a Frentas passam a concentrar seus esforços em outras prioridades na preservação de direitos e na conquista de avanços para a Magistratura. **PÁGINAS 2 a 4**



Mulheres avançam e desafiam desigualdade

Da conquista do direito ao voto no Brasil, em 1932, à chegada delas ao comando de Tribunais superiores, em 2006, a luta pelos direitos femininos tem avançado ao longo dos anos. Entretanto, as diferenças ainda persistem, como na presença de homens e mulheres nas instâncias superiores. **PÁGINAS 12 a 14**

+SAÚDE!

ALIMENTAÇÃO INFANTIL SERÁ TEMA DE OFICINA

A Amagis Saúde promoverá, no dia 15 deste mês, a primeira oficina de culinária infantil Super Chef Kids. A atividade será realizada com pais e filhos e visa à prevenção da obesidade em crianças. **PÁGINA 22**

TJMG paga
parcela de
equivalência

PÁGINA 5

Direitos dos
aposentados
em pauta

PÁGINA 7

Diálogo e interlocução, com união, são as nossas principais armas

MAURÍCIO SOARES*

Antes mesmo do início do ano parlamentar e do Judiciário, as Associações de Magistrados e de membros do MP abriram 2018 com grande e unificada mobilização no dia 1º de fevereiro, reafirmando a disposição na defesa dos direitos e garantias das duas carreiras junto ao Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. De lá pra cá, com a abertura oficial dos trabalhos, retomamos nossa intensa atuação, corpo a corpo e interlocução permanentes para derrubar o pacote de ameaças.

Durante as reuniões na AMB e na Frentas, em Brasília, as Associações reelegeram, por unanimidade, essa forma de ação, eficiente e exitosa no

benefícios conquistados. Sem apoio e sem votos no Congresso Nacional, o Governo Federal decidiu recuar, pressionado também pela intervenção federal que decretou no Rio de Janeiro.

Ainda assim, manteremos a vigilância e atuação intensa, no Congresso Nacional para impedir perdas e retrocessos. Nosso foco também se volta para o Supremo Tribunal Federal, onde demandas importantes da classe entrarão em pauta. Fortalecidos pela união e resultados obtidos no ano passado, não nos deixaremos abater com essa agenda negativa ou por campanhas de difamação. Ao contrário, tudo isso fortaleceu a união, não só da Magistratura, mas de todas as carreiras do sistema de Justiça.

“Fortalecidos pela união e resultados obtidos em 2017, não nos deixaremos abater com agenda negativa ou campanhas de má-fé”

ano passado, como principais instrumentos de atuação. Diante disso, em função de algumas divergências, a maioria deliberou pela suspensão de nossa participação na mobilização do dia 15 deste mês.

A decisão foi tomada após avaliação de todas as entidades acerca dos posicionamentos tomados no mês passado e de extenso e franco debate sobre os cenários. Com a reforma da Previdência fora da pauta do Congresso Nacional, foram aprovadas, nessas reuniões, três prioridades para este ano: a defesa da recomposição de subsídios, do resgate do ATS / VTM e a derrubada dos projetos de abuso de autoridade e do crime de violação de prerrogativas de advogado.

A suspensão da reforma da previdência foi uma vitória das Associações de Magistrados e de membros do MP, bem como de todos os outros segmentos da sociedade que se mobilizaram contra as mudanças que causariam verdadeiro desmonte de

Em duas manifestações públicas, unimos nossa voz à de outras entidades para repudiar a intensa campanha de má-fé e de desconstrução contra os magistrados à qual setores da Imprensa acabaram por aderir na tentativa de criminalizar benefícios garantidos em lei. Ao contrário do que acontece em outros setores, os juízes não desviaram recursos públicos, não receberam propinas nem participaram de esquemas espúrios. Pelo fato de protagonizarem o histórico combate à corrupção, estão sendo vítima e alvo desse inérito linchamento de suas reputações.

Mais do que nunca, defenderemos a recomposição anual dos subsídios, o resgate do adicional por tempo de serviço (ATS / VTM) e a independência e valorização da Magistratura. Apesar do novo cenário, com intervenção federal, que impede alterações constitucionais, iremos perseguir nossos objetivos. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Reforma da Previdência é derrotada em Brasília

PÁG 03

Defesa de benefícios é reforçada no Supremo

PÁG 04

TJMG paga parcela do PAE a magistrados

PÁG 05

TJ disponibiliza 50 cargos de assessores

PÁG 06

Amagis participa de reunião de aposentados

PÁG 07

Diretoria aprova curso de segurança para juiz

PÁG 08

ENM amplia oferta e variedade de cursos

PÁG 09

Mulheres avançam e visam a igualdade

PÁG 12

Caxambu terá Paixão de Cristo

PÁG 16

Auditório da Amagis é todo renovado

PÁG 17

Amagis contra a obesidade infantil

PÁG 22

Conselho Gestor realiza planejamento

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juiz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Reforma da Previdência é derrotada em Brasília

Proposta do governo perde força e sai da pauta do Congresso Nacional

Com a intensa atuação das Associações de Magistrados, de membros do MP e de outras categorias, a sociedade brasileira obteve, em fevereiro, importante vitória com o recuo do governo em fazer a reforma da Previdência (PEC 287), com a qual pretendia suprimir direitos e benefícios conquistados e consagrados. Por falta de apoio político e de votos, a proposta saiu da pauta do Congresso Nacional.

A sinalização de que o governo não deverá mais colocar a proposta em tramitação foi a decretação da intervenção federal no Rio de Janeiro por conta do aumento da criminalidade.

Entre seus efeitos, a medida causa o impedimento de alterações na Constituição. Outro indicativo foram as declarações de lideranças governistas, como o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, e o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, reconhecendo que a Constituição não pode ser alterada em períodos de intervenção federal, entre outros casos. De acordo com o decreto, a intervenção deverá durar até o final deste ano.

A PEC 287, da reforma da Previdência, foi apresentada em dezembro de

2016. Desde então, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que já havia estabelecido uma rotina em Brasília contra propostas em tramitação no Congresso Nacional, que poderiam representar perdas para o Judiciário, reforçou sua atuação na capital federal, em parceria com a AMB, para impedir as alterações nos artigos dos dispositivos da seguridade social.

As gestões em Brasília incluíram encontros com a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, e com o relator da

Maurício Soares durante reunião da AMB

AMB



discutir a tramitação da reforma da Previdência.

A agenda em Brasília foi composta por inúmeras reuniões com deputados e senadores, nas quais além da proposta de reforma da Previdência, foram discutidos projetos de lei nos quais é proposto o limite remuneratório dos servidores, a Lei de Acesso à Informação para obrigar a divulgação das remunerações pagas aos

por meio de palestra do especialista e juiz aposentado Jorge Franklin. A cada nova ação, o movimento foi ganhando força e, no dia 1º de fevereiro deste ano, em ato público no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, reuniu 800 pessoas.

Mesmo com a suspensão da tramitação da reforma da Previdência em função da intervenção federal no Rio de Janeiro, o presidente Maurício Soares irá manter a interlocução em Brasília, não só para barrar iniciativas que possam representar retrocessos para o Judiciário e para a carreira da Magistratura, mas também para fazer avançar propostas como a PEC do ATS (ou VTM), que restabelece adicional por tempo de serviço para a Magistratura e para o Ministério Público.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, o presidente da Amagis participou, respectivamente, das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes da AMB, para definir novas estratégias de defesa dos interesses da classe no Congresso Nacional e no STF (Leia mais na página 4). ■

**“MAIS DO QUE NUNCA, DEFENDEREMOS
A RECOMPOSIÇÃO ANUAL DOS SUBSÍDIOS,
O RESGATE DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
(ATS / VTN) E A INDEPENDÊNCIA E VALORIZAÇÃO
DA MAGISTRATURA.”**

MAURÍCIO SOARES - PRESIDENTE DA AMAGIS

proposta da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia, além de membros da bancada federal mineira. Maurício Soares participou ainda de audiências das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e reuniões na AMB com dirigentes associativos de todo o País, para

agentes públicos, extrateto, fim da automaticidade dos reajustes, alteração da lei de abuso de autoridade, renegociação das dívidas dos estados e a proposta do pacote anticorrupção.

A Amagis também promoveu, no dia 7 de março de 2017, um amplo debate com os magistrados mineiros sobre a reforma da Previdência, a fim de reforçar a mobilização da classe no Estado,

Defesa de benefícios é reforçada no Supremo

Maurício Soares reuniu-se com Gilson Dipp para avaliar ADI 5.407/MG

AMAGIS

Ao mesmo tempo em que avança no questionamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.407/MG, da Procuradoria-Geral da República (PGR), a Amagis, juntamente com a AMB e Associações de magistrados de todo o País, reforça sua ação no STF em defesa dos direitos e benefícios da Magistratura.

No dia 21 de fevereiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com o advogado da Associação, o ministro aposentado do STJ Gilson Dipp, para avaliar os encaminhamentos a respeito da ADI 5.407/MG, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Segundo Maurício Soares, o objetivo da Amagis é demonstrar a improcedência da ação da PGR de considerar inconstitucionais normas estaduais que preveem o pagamento de benefícios

previstos na Lei de Organização e Divisão Judiciárias. O questionamento da Amagis conta ainda com o apoio da AMB que, em janeiro, ingressou como *amicus curiae* nessa ação.

FRENTAS

Sobre a mobilização das Associações de classe, Maurício Soares disse que elas não medirão esforços para defender os benefícios da Magistratura, em especial o auxílio-moradia. Ainda nos dias 21 e 28 de fevereiro, em Brasília, a Frente Nacional da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual a Amagis é integrante, acatou a proposta da AMB e decidiu suspender o indicativo de mobilização em cinco estados no dia 15 de março.

Após esclarecimentos de todas as entidades acerca dos posicionamentos tomados desde a semana passada, e de extenso e franco

Maurício Soares e Gilson Dipp



debate sobre os cenários, a Frentas deliberou por suspender sua participação por conta de divergências insanáveis entre as Associações acerca da pauta e da forma de atuação. A Amagis seguirá essa orientação.

Foram incluídas, na pauta do STF, para o próximo dia 23, as cinco ações originárias em que as Associações solicitaram o benefício, fixado no artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e regulamentado por Resolução (nº 199, de 2014) do Conselho Nacional de Justiça. ■

Contestada campanha de má-fé

Associação repudiou criminalização de benefícios



Notas públicas da Amagis

A Amagis publicou, nos dias 13 e 15 de fevereiro, notas nas quais denunciou a campanha de má-fé promovida por parte da Imprensa, que, nos últimos meses, tem criminalizado direitos e garantias da Magistratura, que são previstos em lei e na Constituição Cidadã.

Nas manifestações, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, afirmou que os benefícios garantidos para a carreira foram resultados de iniciativa legítima e debatidas sob a ótica da democracia e da legalidade,

por meio dos Legislativos estaduais e nacional. Ele ressaltou ainda que, com relação às verbas de cunho indenizatório, o tratamento é o mesmo dado a todos os brasileiros, sejam da área pública ou privada.

O presidente da Amagis também apontou a importância da clareza na divulgação da informação, para que a atuação legítima da Justiça não seja atenuada em favor de interesses escusos, no momento em que o Poder Judiciário exerce um protagonismo histórico no combate à corrupção. ■

TJMG paga parcela do PAE a magistrados

Pagamento foi feito em atendimento à solicitação da Amagis

O TJMG pagou, no dia 1º de março, parcela do PAE a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas, atendendo a pedido formalizado pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, por meio de ofício enviado ao presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, no dia 17 de janeiro deste ano.

Segundo o presidente Maurício Soares, além de reconhecer e cumprir um direito da Magistratura mineira, a decisão do TJMG é importante para reafirmar a paridade entre magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. No ofício enviado ao Tribunal, Maurício Soares já havia destacado: “venho reiterar os pleitos anteriores de pagamento de parcela de equivalência salarial (PAE), lembrando a importância da retomada de tais pagamentos, já que

eles alcançam também os magistrados mais antigos e os inativos, principalmente estes últimos, que não estão sendo contemplados com os recentes pagamentos extraordinários feitos pelo TJMG”.

No comunicado no qual confirmou o pagamento da PAE, o presidente do Tribunal reafirmou o propósito de sua gestão em valorizar toda a Magistratura mineira. Ele observou ainda que o pedido da Amagis pode ser atendido após esforço orçamentário e financeiro do Tribunal. “Importante registrar que o valor, além do propósito de reposição de perdas, é o que foi possível disponibilizar no momento, considerando que a folha vegetativa do TJMG é crescente e fator permanente de preocupação para a Administração”, afirmou o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro. ■



Ofício da Amagis datado de 17 de janeiro

Associação solicita alteração da LODJ em favor de magistrado

Presidente Maurício Soares defende criação de gratificação

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, protocolou, no dia 22 de fevereiro, ofício ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, propondo alteração na Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), Lei Complementar (LC) 59/2001, a fim de instituir gratificação por exercício cumulativo de jurisdição para a Magistratura mineira.

O envio da proposta ao presidente do Tribunal foi precedido de um estudo prévio,

a partir do qual foi elaborada uma minuta de anteprojeto de lei, para alteração no artigo 114 da LC 59/2001, encaminhada juntamente como o ofício. No documento, a Amagis argumenta que o número de processos em tramitação no Poder Judiciário mineiro tem aumentado de forma significativa ao longo dos últimos anos, impondo uma sobrecarga de trabalho aos magistrados além do razoável.

A Associação ressaltou que a gratificação é compati-

vel com a Constituição da República, e está contemplada na resolução nº 13/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Diante desse quadro, a Associação entende que a gratificação é uma contrapartida ao exercício da jurisdição simultânea em varas ou câmaras distintas, em juizados especiais e turmas recursais, bem como na acumulação de acervo processual, assim considerado o total de processos distribuídos e vinculados ao magistrado. ■



Ofício enviado pela Amagis

TJ disponibiliza 50 cargos de assessores

Função é destinada a comarcas com maior distribuição processual

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Fórum da comarca de Bambuí

O TJMG deu mais um importante passo na política de atenção ao primeiro grau de jurisdição no dia 26 de fevereiro, quando o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, autorizou a lotação de 50 cargos de assessor em comarcas de primeira entrância com maior distribuição processual.

A medida do TJMG atende ao pedido da Amagis, de dar mais efetividade à Resolução nº 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.

Segundo o Tribunal, a definição das comarcas levou em consideração a média da distribuição de processos nos três últimos anos.

As comarcas contempladas são de vara única, e os cargos destinados são de reversa da Presidência do TJ, para atuação em projetos que visem assegurar a redução de taxas de congestionamento judicial de unidades judiciárias, indicadas em relatório da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais.

A lotação dos cargos é provisória e, no início de cada ano, a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional apresentará um quadro comparativo de produtividade, a partir do qual o presidente do Tribunal poderá avaliar a decisão de manter ou não a autorização de provimento dos cargos de assessores. Veja ao lado a relação de comarcas para as quais o cargo de assessor foi autorizado. ■

COMARCAS CONTEMPLADAS

- Abaeté
- Açucena
- Alpinópolis
- Areado
- Bambuí
- Barão de Cocais
- Bicas
- Bom Sucesso
- Camanducaia
- Campos Gerais
- Carmo do Cajuru
- Carmo do Rio Claro
- Caxambu
- Corinto
- Coromandel
- Elói Mendes
- Esmeraldas
- Espera Feliz
- Eugenópolis
- Extrema
- Francisco Sá
- Ipanema
- Itamarandiba
- Jequitinhonha
- Lambari
- Luz
- Malacacheta
- Medina
- Minas Novas
- Monte Azul
- Monte Santo de Minas
- Muzambinho
- Nova Ponte
- Novo Cruzeiro
- Ouro Branco
- Paraguaçu
- Paraopeba
- Peçanha
- Pompéu
- Prata
- Pratápolis
- Presidente Olegário
- Resplendor
- Santa Bárbara
- Santo Antônio do Monte
- São Gotardo
- Tarumirim
- Tombos
- Três Marias
- Tupaciguara

A Amagis mantém convênios com empresas em diversos segmentos

Acesse o site www.amagis.com.br e vá até o link "Convênios" na seção "Institucional".



CONFIRA E ECONOMIZE TEMPO E DINHEIRO!



Amagis participa de reunião de aposentados

Subsídios, paridade e ATS / VTM foram discutidos durante o encontro

O juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, diretor de Aposentados da Amagis, participou da quinta reunião da Coordenação dos Aposentados da AMB, realizada em Brasília no dia 27 de fevereiro, quando foi discutido a recomposição dos subsídios, a paridade e o resgate do Adicional por Tempo de Serviço/Valorização do Tempo de Magistratura (ATS / VTM).

Na abertura do encontro, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, afirmou que a Associação tem atuado para impedir e rever-

AMB



Juiz Cláudio Figueiredo (C) na reunião de aposentados

ter iniciativas que possam representar a desvalorização da carreira. Ele destacou ainda a importância de a Magistratura se manter unida na defesa dos seus interesses, pois, na avaliação dele, só uma atuação sólida e conjunta de todos os magistrados, ativos e inativos, é capaz de fazer frente aos recentes ataques que a classe vem sofrendo.

Na avaliação do juiz Cláudio de Figueiredo, essa quinta reunião, da qual participaram mais de 30 representantes estaduais, foi uma das mais importantes na AMB, dado o quadro de adversidade enfrentado pelos magistrados atualmente. Para ele, o momento exige que a classe se mantenha unida, pois, caso contrário,

a Magistratura pode acabar sendo prejudicada em sua totalidade.

Sobre os trabalhos da Coordenação de Aposentados, Cláudio Figueiredo considerou como fundamental a decisão de que seja definida uma agenda de atuação no Congresso Nacional e realizado o planejamento do grupo para que a pauta dos aposentados possa ser levada adiante. Ele disse ainda que a expectativa é de que o ATS / VTM possa ser aprovado por meio de um projeto de lei infraconstitucional. ■

Associação tira dúvidas sobre nova conta bancária

Pensionistas irão receber seus vencimentos pelo Itaú Unibanco

A Amagis realizou, no dia 28 de fevereiro, uma reunião com as pensionistas da Magistratura Mineira para esclarecer como será feito o pagamento a elas, a partir da renovação do contrato entre o TJMG e o banco Itaú Unibanco, no mês passado, para crédito em conta salário de todos os valores líquidos de subsídios, vencimento, proventos, pensões, benefícios, bolsas de es-

GEORGIA BAÇVAROFF



Livia Mol, Marlene Fernandes e Marina Shizuko

tágio, indenizações e verbas similares.

Participaram da reunião, a diretora de pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, e a coordenadora de pagamentos do TJMG, Livia Ladeira Mol. As pensionistas e demais de-

pendentes deverão ter conta na agência de sua preferência do banco Itaú Unibanco para receber a pensão ou diferenças salariais. Livia Mol disse ainda que a criação da nova conta deverá ser informada ao setor de pagamentos do Tribunal.

A necessidade de abrir a conta no Itaú Unibanco também se aplica às pensionistas que têm o benefício concedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), e que, até então, recebia o pagamento pelo Banco do Brasil. Mais informações sobre a mudança podem ser obtidas na Coordenação de Pagamento dos Magistrados pelo telefone (31) 3237-6991. ■

Diretoria aprova curso de segurança para juiz

Atividade conta com o apoio da Comissão de Segurança da Associação

GEORGIA BAÇVAROFF

A Amagis, por meio de sua Comissão de Segurança, firmou convênio com o Defender Clube de Tiro Defensivo e Caça para a realização do curso de manuseio de arma de fogo, e capacitação técnica e psicológica dedicada exclusivamente aos magistrados, que deverá ser realizada em parceria com o Defender Clube de Tiro Defensivo e Caça. O tema foi debatido na reunião da Comissão com o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, no dia 6 de fevereiro.

O curso é exclusivo para associados da Amagis, e a programação inclui aulas sobre legislação básica sobre tiro desportivo, manuseio de arma de fogo e prática de tiro, com pistola ou revólver. O valor para a participação



Juliano Araújo, Eduardo Reis, Maurício Soares e José Eduardo

na atividade é de R\$ 250,00. As aulas serão realizadas de março a outubro deste ano. Para se inscrever é preciso agendar exame de capacidade técnica e psicológica na Defender Clube pelo telefone (31) 3097-0100. (Veja a agenda ao lado).

O convênio firmado com a Defender Clube garante ainda aos associados da Amagis 50% de desconto em outros cursos oferecidos pela empresa, e 10% de desconto na compra de munições, treinas e recargas para utilização exclusiva nas dependências do clube. Para ter direito a mais esses benefícios, o interes-

sado deverá se filiar ao Defender Clube. Entretanto a filiação não é necessária para a participação no curso que será realizado exclusivamente para a Magistratura mineira.

Ainda na reunião, o vice-presidente da Comissão de Segurança da Amagis, desembargador Eduardo Gomes dos Reis, deu informações sobre o estudo estatístico sobre segurança nos fóruns mineiros, que está sendo realizado pela Comissão. O objetivo desse levantamento é ter um quadro mais preciso das atuais condições de segurança dos prédios do Judiciário mineiro. ■

DATAS DO CURSO

- ▶ 24 de março
- ▶ 14 de abril
- ▶ 5 de maio
- ▶ 19 de maio
- ▶ 4 de agosto
- ▶ 18 de agosto
- ▶ 15 de setembro
- ▶ 20 de outubro



Valor do curso
R\$ 250,00



Informações pelo telefone
(31) 3079-3499, no ramal 3427.

RÁPIDAS

★ **CORRIDA NA PAMPULHA** – Com o apoio da Amagis, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), promoverá, no dia 25 de março, a segunda edição da “Corrida em Apoio à Polícia Federal no Combate à Corrupção”.

Magistrados e familiares interessados em participar da corrida podem fazer a inscrição até o dia 24 deste mês, na Associação, no valor especial de R\$ 49,00, ou pelo site tbhesportes.com.br, com uma taxa de R\$ 69,00.

Serão realizadas provas de 14, 10 e 5 quilômetros, e também uma caminhada de 2 quilômetros. O evento será na Praça Nova da Pampulha, em Belo Horizonte, com concentração marcada para as 7h e largada às 8h. Mais informações podem ser feitas e obtidas com Sabrina Ribeiro no número: (31) 3079-3470.

★ O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Edgard Penna Amorim, será agraciado, no dia 14 de março, com a Medalha do Mérito da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

★ No dia internacional da mulher, 8 de março, a Amagis irá homenagear a pensionista Lucinda Alvarez de Oliveira Leite, falecida no dia 7 de fevereiro. Idealizadora e fundadora do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), em 1985, Dona Lucinda, como era carinhosamente chamada, marcou sua história na Magistratura mineira com seus gestos de solidariedade.

ENM amplia oferta e variedade de cursos

PIXELS.COM



Inscrições para as atividades já estão abertas e podem ser feitas no site da escola

Com conteúdos que vão além dos aspectos teóricos das leis, a Escola Nacional da Magistratura (ENM) abriu, no final de fevereiro, as inscrições para os cursos de aperfeiçoamento da formação dos magistrados. Ao todo, serão oferecidos 14 módulos neste primeiro semestre.

Uma das novidades deste ano é o curso Direito e Arte: Iconografia da Justiça (Egito e Mesopotâmia) no qual serão apresentadas imagens da deusa da Justiça em exposição nos principais museus do mundo. Durante a atividade, que terá a duração de 20 minutos, a partir da contextualização histórica, serão debatidos aspectos iconográficos e simbólicos da personificação da figura do juiz na sociedade.

A ENM está oferecendo ainda cursos nos quais, a partir de filmes como a 'Fraternidade é Vermelha', da trilogia do cineasta polonês Krzysztof Kieślowski, e 'Germinal', uma adaptação do livro de Émile Zola dirigida pelo francês Claude Berri, será discutida a importância da atuação do juiz na sociedade.

De acordo com o diretor-presidente da ENM, juiz Marcelo Piragibe, a inclusão desses novos cursos no programa de aperfeiçoamento da formação dos magistrados visa propiciar aos juízes visão tridimensional, cujo conjunto de conhecimentos inclui uma abordagem social, filosófica e teórica das leis na aplicação do direito. Na avaliação de Piragibe, essa interdisciplinaridade é importante para que o juiz possa julgar bem.

Atenta à atualidade, a escola está oferecendo ainda cursos sobre Direito Eleitoral e Ciber Crimes. Esse último será realizado tanto presencialmente quanto na modalidade de ensino a distância. *Veja ao lado alguns dos cursos oferecidos pela ENM neste primeiro semestre.* ■

CURSOS DE MARÇO E ABRIL

◉ **Direito e Arte: Iconografia da Justiça Egito e Mesopotâmia**

Período: A partir de 16 de março

Local: online - **Inscrições:** até 16 de março

Duração: 20 minutos - **Total de vagas:** Ilimitadas

◉ **Direito e Cinema: A Fraternidade é Vermelha**

Período: a partir de 23 de março

Local: online - **Inscrições:** até 23 de março

Duração: 20 minutos - **Total de vagas:** Ilimitadas

◉ **Seminário: Temas atuais do Direito Processual Civil**

Período: 13 de abril

Local: Rio de Janeiro - **Inscrições:** até 12 de março

Carga horária: 8 horas / aula - **Total de vagas:** 50

◉ **Aperfeiçoamento em Direito Eleitoral**

Período: 19 e 20 de abril

Local: Brasília - **Inscrições:** até 15 de março

Carga horária: 20 horas/aula - **Total de vagas:** 50

◉ **Cibercrimes: investigação digital, criminal e provas**

Período: 26 e 27 de abril

Local: João Pessoa (PB) - **Inscrições:** até 24 de março

Carga horária: 20 horas/aula - **Total de vagas:** 30

◉ **Ciber crimes – EAD**

Período: abril de 2018

Inscrições: até 29 de março

Carga horária: 20 horas/aula - **Total de vagas:** 40

◉ **Museu, Memória e Justiça Museu: Manaus**

Período: 6 abril

Local: online - **Inscrições:** até 6 de abril

Duração: 20 minutos - **Total de vagas:** Ilimitadas

◉ **Direito e Cinema: Germinal**

Período: a partir de 20 abril

Local: online - **Inscrições:** até 20 de março

Duração: 20 minutos - **Total de vagas:** Ilimitadas

Veja mais no site: enm.org.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

(37) 3242 2218 | (37) 9 9862 5659
leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução



ARQUIVO PESSOAL

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Qual o principal avanço conceitual da Lei Brasileira de Inclusão?

O próprio nome já indica essa mudança conceitual. A nova lei (13.146/2015) traz garantias não só no âmbito do direito, no processo, mas na vida da pessoa com deficiência como um todo, na medida em que ela visa a instrumentalizar a vida desses indivíduos. Um bom exemplo dessa mudança pode ser observado no Código Civil de 1916, que, de maneira inapropriada, tipificava os deficientes como loucos de todo gênero. Essa expressão foi suprimida no Código de 2002, mas, de certa forma, permanecia uma percepção da deficiência associada a alguma dificuldade do intelecto apenas.

De que forma essa percepção é alterada a partir de 2015?

Fica mais explícita a concepção de que a deficiência não está restrita ao intelecto, ou a indivíduos que nasceram com alguma síndrome ou anomalia. Essa mudança fica clara ao notarmos que a Lei de Inclusão contempla todo o universo de pessoas, inclusive aquelas que não possuem nenhuma deficiência congênita, mas que possam passar a sofrer com alguma limitação, seja por um acidente de trânsito, de trabalho ou alguma moléstia incapacitante.

Essa nova lei busca alcançar e proteger a dignidade e os direitos de todas essas pessoas em tais situações.

Quais as principais mudanças promovidas na curatela?

A curatela sofreu uma alteração significativa, pois, agora, ela depende também da anuência e vontade do indivíduo que está sendo submetido à curatela. A decisão de instituir essa função de curador, de administrador de bens, não está mais restrita a um parente que considera ser necessário colocar uma pessoa em curatela. O indivíduo que está sendo colocado em curatela precisa ser ouvido. É importante o juiz ficar atento se a pessoa está de acordo que determinado indivíduo passe a ser seu curador.

Outro ponto relevante a ser observado é que o termo interdição foi relegado. Juridicamente não é mais correto utilizar essa expressão. Ao contrário da interdição, quando o indivíduo era considerado totalmente incapaz, com o instituto da curatela, não há mais a incapacidade absoluta. A pessoa com deficiência passou a ser considerada relativamente incapaz. Ou seja, ele é capaz para determinados atos da vida civil e de outros, não. Essa é uma das novidades da nova lei, com a qual se acentua muito a dignidade da pessoa.

Como é decidido se uma pessoa é incapaz ou não?

Essa já não é mais uma atribuição única e exclusiva do juiz, que, no passado, podia decidir, pura e simplesmente, baseado em laudos médicos. Hoje, o juiz conta com uma equipe multidisciplinar para avaliar se a pessoa sofre de alguma incapacidade, e até mesmo qual o grau de limitação a deficiência traz para a vida dela.

É importante destacar ainda que o próprio indivíduo pode ir a juízo requerer sua curatela. Esse é o instrumento da autocuratela, que possibilita ao indivíduo capaz deixar de forma preestabelecida questões patrimoniais e existenciais em caso de uma eventual incapacidade.

As pessoas com deficiência podem ser impedidas de trabalhar?

De forma alguma! Pelo contrário! Hoje, há um incentivo e uma exortação muito grande para que haja a inclusão do deficiente no mercado de trabalho. Os órgãos públicos, por exemplo, são obrigados a reservar vagas para essas pessoas. Naturalmente, deve-se observar os limites e possibilidades de cada um. De toda forma, estamos falando de indivíduos que antes eram alijados dos processos de trabalho e que, agora, passam a contar com instrumentos de inclusão. ■

Além das garantias no âmbito do direito, o juiz da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Jorge Paulo dos Santos, avalia que a Lei Brasileira de Inclusão traz benefícios à vida das pessoas com deficiência como um todo, na medida em que visa a instrumentalizar a vida desses indivíduos. O magistrado também chamou a atenção para o fato de que a norma, instituída em 2015, preserva e valoriza a autonomia dessas pessoas, como, por exemplo, com o instituto da curatela. Saiba mais nesta entrevista.

“O indivíduo que está sendo colocado em curatela precisa ser ouvido. É importante o juiz ficar atento se a pessoa está de acordo que determinado indivíduo passe a ser seu curador.”

“Ao contrário da interdição, quando o indivíduo era considerado totalmente incapaz, com o instituto da curatela, não há mais a incapacidade absoluta.”

MULHERES AVANÇAM E VISAM A IGUALDADE

Luta por direito a voto é parte da emancipação feminina

DOMÍNIO PÚBLICO



Encontro das Sufragistas em Manchester, na Inglaterra, em 1908

GEORGIA BAÇVAROFF

Há pouco mais de 80 anos, no Brasil, apenas cabia à mulher os papéis de esposa, mãe e dona de casa. Pensar, naquela época, em uma mulher comandando uma empresa ou ocupando um cargo público beirava o surreal. O protagonismo da mulher avançou e continua avançando.

Se houver comparação com os últimos séculos, chega-se a pensar que, hoje, o mundo é feminino. Isso porque houve a época em que a mulher não podia escolher o próprio marido. Esse e outros direitos foram sendo alcançados a passos lentos e durante séculos.

O direito das mulheres ao voto, no Brasil, somente foi garantido em 1932, sendo que a extensão a todas elas, independentemente da classe social e econômica, foi conquistada apenas em 1946. Sessenta anos depois, em 2006, uma mulher chegou à Presidência do Supremo Tribunal Federal. A então ministra Ellen Gracie presidiu o STF até 2008. Depois dela, em 2011, outra assumia a Presidência da República, Dilma Rousseff, tendo exercido o cargo até 2016, quando então sofreu processo de impeachment.

Hoje, as mulheres representam 53% do eleitorado brasileiro, segundo dados do TSE. A predominância se repete em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral brasileiro: 52% dos votantes são mulheres.

Atualmente, são das mulheres também, os comandos do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, nas pessoas das ministras Cármen Lúcia (STF) e Laurita Vaz (STJ), Raquel Dodge (PGR) e Grace Maria

AS SUFRAGISTAS

Uma das protagonistas do direito ao voto foi Kate Sheppard, que liderou um movimento na Nova Zelândia há 125 anos e garantiu, pela primeira vez na história, o direito ao voto para as mulheres. O movimento chegou à Finlândia em 1906, levando também as mulheres desse país às urnas pela primeira vez. Em seguida, foi a vez da Grã-Bretanha, que reconheceu o direito das mulheres ao voto em 1918. O exemplo foi se espalhando por toda a Europa e atingindo países como Suécia e Noruega até chegar ao Brasil, o que ocorreu de forma tardia.

Ainda no período do Império, em 1880, a dentista Isabel de Mattos Dillon exigiu na Justiça seu direito de votar, evocando a Lei Saraiva, que permitia aos detentores de títulos científicos votar. Ela obteve seu direito, mas não teve o voto reconhecido.

Este direito somente foi reconhecido efetivamente no Brasil em 1932, por meio do Decreto nº 21.076, instituído no Código Eleitoral Brasileiro, e consolidado na Constituição de 1934. Em 1933, foi eleita a primeira mulher brasileira como deputada federal: a médica escritora e pedagoga Carlota Pereira de Queirós.

Depois de previsto na Constituição, a luta foi para que o direito ao voto fosse estendido a todas as mulheres, já que, no primeiro momento, apenas as mulheres casadas com autorização do marido, ou as solteiras e viúvas com renda própria, poderiam exercer o direito. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Fernandes Mendonça (AGU). Em um mesmo período, ter mulheres à frente de cargos como esses não deixa de ser uma grande conquista, mas, ainda há uma grande desproporção na distribuição de cargos entre homens e mulheres nas instâncias superiores. Basta verificar a composição, por exemplo, dos tribunais superiores. No STF, são onze ministros, entre os quais, duas mulheres. No STJ, seis ministras compõem a corte ao lado de 27 ministros. No TST, são 27 ministros ao todo, sendo seis ministras. No TSE, há apenas uma ministra dentre os integrantes da Corte, e o STM tem 17 ministros em sua composição, sendo uma mulher.

A primeira mulher a assumir a Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a ministra Laurita Vaz, atual presidente. Em entrevista ao Jornal DECISÃO, ela afirmou que os dados não traduzem falta de competência ou merecimento por parte das mulheres, mas sim “a existência de dificuldades para transitar em espaços políticos historicamente ocupado por homens”.

Tão historicamente ocupado por homens que alguns espaços públicos no País foram construídos para serem ocupados exclusivamente por eles. No prédio do STF, por exemplo, o primeiro banheiro feminino próximo ao plenário foi instalado apenas no ano 2000, com a indicação da primeira mulher ministra na Corte, Ellen

SERGIO AMARAL

**Ministra Laurita Vaz**

Gracie. No Senado Federal, o plenário começou a contar com um banheiro feminino somente em 2016. Isso aconteceu mais de 55 anos depois da inauguração do prédio em Brasília, ocorrido em 1960. Até 2015, as senadoras, que eram 12, tinham de deixar o plenário para utilizar o banheiro que ficava no restaurante do prédio.

Para a vice-presidente de Saúde da Amagis e auxiliar da Presidência do TJMG, juíza Luzia Peixoto, é perceptível essa desproporção entre homens e mulheres nos diversos cargos e setores da sociedade. No entanto, de acordo com a magistrada, a ascensão da representatividade feminina, também perceptível em tantos outros segmentos, como no Judiciário, demonstra a ampliação do espaço e da credibilidade da mulher. “O crescente número de magistradas e servidoras no âmbito do Judiciário contribuiu para suplantar esse desequilíbrio e, consequentemente, para a quebra de paradigmas e preconceitos, visto que, a instrução e a competência, em muitas das vezes, estão em igualdade entre homens e mulheres”, garantiu.

“COMO TODA MULHER DE MINHA GERAÇÃO, VIVENCIEI INÚMERAS DIFICULDADES, ENFRETEI E SUPEREI MUITOS OBSTÁCULOS PARA CONCILIAR OS ESTUDOS, A CARREIRA COM AS TAREFAS DOMÉSTICAS”

MINISTRA LAURITA VAZ

Para a advogada e cientista política Sandra Starling, a ocupação do espaço público é o que traz efetivamente a emancipação da mulher. De maneira bem-humorada, ela criticou a moda da palavra “empoderamento”, sugerindo sua substituição por “emancipação”. “Eu não quero poder. Quero liberdade, emancipação. Quero que homens e mulheres, todas as pessoas, tenham liberdade. Empoderamento parece que queremos mandar, impor, ter alguém para nos obedecer. Isso eu não quero para mim, para as mulheres e também para nenhum homem”, observou.

A busca do reconhecimento pelos direitos da mulher teve início nos séculos XIX e XX, quando as mulheres garantiram o direito de escolher o

próprio marido. “A partir daí, elas começaram a lutar pelos seus direitos na esfera pública e nada melhor do que iniciar pelo direito ao voto, já que quando o cidadão passa a votar, ele também passa a ser importante para os ocupantes de cargos eletivos”, afirmou a juíza Roberta Rocha Fonseca, auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Hoje, a mulher brasileira tem representatividade na vida social de empresas privadas e públicas e papéis extremamente importantes nos poderes públicos, embora, para a juíza Roberta Rocha, a mulher ainda esteja muito aquém do que poderia. “Acredito que seja por causa do acúmulo de atividades. A mulher ainda não galga postos mais altos nas empresas, porque é interesse dos gestores que seus funcionários devam mais tempo ao trabalho e, de maneira geral, os homens podem fazer isso”, apontou a magistrada.

Para a juíza, o direito ao voto está intrinsecamente ligado ao processo de emancipação feminina. “A partir do momento em que a mulher passa a votar, ela passa a despertar o interesse daqueles que legislam e também dos que ocupam cargos no Executivo”, afirmou ela. Apesar disso, ela destacou que o número de mulheres em cargos públicos ainda é muito pequeno. “Para se ter uma ideia, o Brasil ocupa apenas a 115ª

posição no ranking mundial de presença feminina no Parlamento dentre os 138 países”, comparou.

Na primeira instância do Judiciário mineiro, são 601 juízes e 308 juízas, ou seja, cerca de 35% do quadro de juízes em todo o Estado é ocupado por mulheres. Para Laurita Vaz, a presença cada vez maior de mulheres na Justiça de primeiro grau reflete o espaço que tem sido conquistado por crescente número de candidatas que são aprovadas nos concursos públicos para ingresso na Magistratura e também no MP.

Os dados ficam claros na relação de magistrados nos Cursos de Formação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) entre os anos de 2008 e 2017: enquanto 187 homens frequentaram o curso de formação em Minas Gerais, 116 mulheres também o fizeram. Quando se recorre ao concurso de 1978/1979, onde, dos 47 aprovados para a Magistratura, dois eram do sexo feminino, os dados revelam uma melhoria significativa dessa conquista.

“O desate das amarras que prendiam as mulheres junto aos deveres do lar passou, de forma crescente, nos últimos anos, pela elevação do grau de escolaridade”, observou a presidente do STJ. Para a ministra, ainda se espera da mulher, de forma ostensiva ou disfarçada, a mesma dedicação aos afazeres domésticos de outrora. “E, nesse contexto, as mulheres têm que se desdobrar para cumprir dupla jornada: uma no exigente mercado de trabalho, onde sempre precisam renovar a prova de sua capacidade, e outra em casa”, reconheceu Laurita Vaz.

A Presidência do STJ é, para ela, um cargo do qual tem muita honra. “Como toda mulher de minha geração, vivenciei inúmeras dificuldades, enfrentei e superei muitos obstáculos para conciliar os estudos, a carreira com as tarefas domésticas, a criação dos meus três filhos e, passo a passo, galgar os cargos que ocupei até hoje”, apontou.

Hoje, ela preside um dos maiores tribunais do País – são cerca de três mil servidores e dois mil terceirizados – e uma gama gigantesca de processos. Quando perguntada sobre os desafios no exercício dessa função, Laurita Vaz afirmou que eles não são diferentes quando se trata de gênero. “Mulher ou homem, o presidente da Corte tem de trabalhar diuturnamente para encontrar soluções para melhorar a entrega da prestação jurisdicional à sociedade”, disse.

De acordo com ela, fazer o Tribunal funcionar com eficiência requer muita dedicação e comprometimento para solucionar problemas e conduzir bem os trabalhos. “É necessário muito equilíbrio, serenidade e determinação para exercer essa árdua função, características essas bem presentes na maioria das mulheres”, disse.

Laurita Vaz ressaltou que a humanização de qualquer ambiente de trabalho se faz com a predominância do senso de humanidade, independentemente do gênero, embora homens e mulheres carreguem uma série de diferenças inatas. “O conjunto de competências torna cada indivíduo único e diferenciado e não o simples fato de se tratar de homem ou de mulher”, afirmou. ■

MULHERES NOS TRIBUNAIS

Participação das mulheres nos maiores Tribunais de Justiça do País.

► TJSP

Desembargadores(as): **360**
Homens: **322**
Mulheres: **28**

► TJMG

Desembargadores(as): **130**
Homens: **109**
Mulheres: **21**

► TJRJ

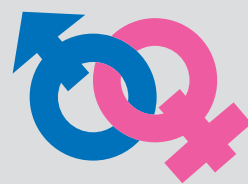
Desembargadores(as): **180**
Homens: **122**
Mulheres: **58**

► TJPR

Desembargadores(as): **120**
Homens: **101**
Mulheres: **19**

► TJRS

Desembargadores(as): **140**
Homens: **101**
Mulheres: **39**



Amagis promove evento do Dia Internacional da Mulher

PALESTRA

“A FELICIDADE É UMA DECISÃO”

Com **Érica Machado** - psicóloga e apresentadora de TV

8 de março - às 18h30

No auditório da Amagis, que passou por reforma completa.



Evento exclusivo para magistradas, magistrados, pensionistas e familiares.



OUIDORIA: INSTÂNCIA DA CIDADANIA

Órgão dá voz e estimula a participação do cidadão na vida do Judiciário

LUÍS CARLOS
BALBINO
GAMBOGI*

A linguagem, as palavras, inúmeras vezes não conseguem exprimir o conteúdo de um conceito que queremos comunicar; vezes há em que, por termos uma compreensão inficionada por informações equivocadas, tendemos a resistir ao significado do conceito ou, na melhor das hipóteses, a nos dar por satisfeitos com uma compreensão superficial que pode até mesmo diluir-se no vazio.

Prima facie, cumpre pontuar que a Ouvidoria do TJMG não é como *res nullius* – coisa de ninguém; em verdade, a Ouvidoria integra a estrutura do Poder Judiciário. Sua atual configuração foi ditada pela Constituição da República, e procura responder à crescente exigência da população no sentido de que o Estado conte com instrumentos que possibilitem, ao cidadão, acompanhar o seu funcionamento, o seu grau de transparência, moralidade e eficiência. Por meio da nossa Ouvidoria, o cidadão comum torna viva sua voz com seus pedidos de informação, suas críticas, elogios, denúncias e sugestões,

que, acolhidas pela administração, ajudam na correção e aprimoramento da instituição.

Em seu formato atual, a Ouvidoria Judicial articula as relações entre a Justiça e a sociedade, medeia a linguagem jurídica e a linguagem simples e comum da população que demanda os serviços jurisdicionais, abre as portas do Tribunal aos que dele necessitam e faz a ponte entre a Magistratura e o jurisdicionado, com vistas a tornar o acesso ao Judi-

“AS OUIDORIAS, NÃO SÓ SÃO ORGANISMOS INDEPENDENTES, SÃO ORGANISMOS QUE AGEM PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS JURISDICIONAIS”

ciário o mais abrangente e efetivo possível. Impende consignar que ouvidorias não são meras centrais de atendimento ao cidadão; se fosse, em vez de um magistrado, o ouvidor poderia ser um funcionário público, não um desembargador, como determina a Lei. As ouvidorias, não só são organismos independentes, são organismos que agem para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços jurisdicionais bem como para defender e proteger os direitos dos que se encontram sob a jurisdição.

Poder-se-ia dizer que são três os seus fundamentos: o social, o político, o institucional e o ético. O fundamento social consiste em exercer a função da ‘Magistratura mediadora’, pela qual a Ouvidoria esmera-se para tornar o acesso aos Centros de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) algo querido pelas partes; para tanto, procura fazê-las conhecer como funciona o ambiente institucional da autocomposição, da conciliação, da solução fraterna do conflito.

“SEU FUNDAMENTO DEMOCRÁTICO ENCONTRA-SE NA SUA ABERTURA E NO SEU ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA”

Tal função é necessária porque, para estimular o uso dos meios consensuais, experimentar suas vantagens e benefícios é fundamental o desenvolvimento de um trabalho informativo e pedagógico, eis que mediação e conciliação são práticas ainda pouco difundidas entre nós. Seu fundamento democrático encontra-se na sua abertura e no seu estímulo à participação do cidadão na administração da Justiça. Seu fundamento institucional está no compromisso que tem a Ouvidoria em, mediante a filtragem no material que colhe da sociedade, apresentar aos órgãos divergentes medidas que possam melhorar as nossas atividades, desobstruir os canais

de interlocução entre a Justiça e a sociedade, e operar de modo a aperfeiçoar o desempenho e a funcionalidade do Judiciário. Por último, o seu fundamento ético, que se concentra em propagar que a sentenças e os acórdãos não só devem ser tecnicamente corretos, mas também eticamente justas.

O historiador J. Gillissen. (Introdução Histórica ao Direito. Trad. A. M. Hespanha e L.M.M. Malheiros, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1995, p. 56-57...), recorda que a necessidade que tem o homem de ser ouvido, de ser escutado, é tão antiga quanto a própria sociedade humana. A orientação dada no Egito Antigo ao Vizir Rekmara (XII dinastia, século XVIII a.C.) o demonstra:

“... não afastes nenhum queixoso, sem ter acolhido a sua palavra. Quando um queixoso vem queixar-se a ti, não recuses uma única palavra do que ele diz; mas, se o deves mandar embora, deves fazê-lo de modo que ele entenda por que o mandas embora. Atenta no que se diz: ‘O queixoso gosta ainda mais que se preste atenção ao que ele diz do que ver a sua queixa atendida’” ■

(*) Desembargador
– Ouvidor do TJMG

Caxambu terá Paixão de Cristo

Encenação será realizada por toda a cidade

Os associados da Amagis que forem se hospedar na colônia de férias de Caxambu (Sul de Minas), durante a Semana Santa, poderão acompanhar a encenação da Paixão de Cristo, que, neste ano, será realizada nas ruas da cidade.

A representação desse ciclo da vida de Jesus, da qual fazem parte passagens bíblicas como a Última Ceia e a Crucificação de Cristo, poderá ser vista em diferentes pontos históricos e turísticos de Caxambu, entre eles a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Durante toda a semana, serão realizadas

PREFEITURA DE CAXAMBU



Igreja Matriz receberá encenação

procissões na cidade, para relembrar o calvário de Cristo.

A programação religiosa terá início no dia 25 de março e, a partir do dia 29 do mesmo mês, os visitantes poderão aproveitar um pouco mais de Caxambu no espaço gourmet, que será montado na Praça 16 de Setembro, onde diariamente haverá apresentações musicais.

Além de toda a religiosidade que remete às tradições mineiras, os associados que forem visitar Caxambu poderão ainda conhecer o Parque das Águas. Bastante arborizada, a área possui cerca de 210 mil metros quadrados e conta com 12 fontes de águas mineiras, gasosas e medicinais.

O Parque das Águas é parte da história do Brasil, pois, em 17 de novembro de 1868, a princesa Isabel e seu marido, Conde D'Eu, hospedaram-se em Caxambu para a princesa tratar de possível infertilidade nas águas medicinais do parque. Não é possível afirmar que essa hipotética infertilidade tenha sido curada pelas águas de Caxambu. ■

Abertas inscrições para férias nas colônias

Prazo para participar do sorteio vai até 20 de abril

As inscrições para a hospedagem nas colônias de férias da Amagis, durante a alta temporada de julho, estão abertas até o dia 20 de abril. Os interessados poderão concorrer a vagas para as unidades de Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Caldas Novas (GO) e Nova Viçosa (BA). O sorteio será realizado no dia 26 de abril.

Não haverá sorteio de vagas para a colônia de Cabo Frio, pois os oito apartamentos da Amagis, no Edifício Nautilus II, serão totalmente reformados a partir do dia 3

de abril. A parte elétrica, o pisos, os banheiros e as cozinhas serão modernizados para que os magistrados possam se hospedar com mais comodidade. O processo de modernização inclui ainda a revitalização de todo o mobiliário. As colônias passam constantemente por manutenções frequentes, que, além de garantir conforto aos visitantes, visa a preservar e valorizar o patrimônio dos associados.

Em cada uma das cidades onde as colônias estão instaladas, os magistrados podem

usufruir as mais variadas opções de descanso e lazer. Em Ubatuba, por exemplo, além de poder aproveitar as praias, os visitantes podem conhecer o Parque Estadual da Serra do Mar.

Também no litoral, a colônia de Nova Viçosa é apontada como uma ótima opção para quem pretende descansar com os filhos nas férias. Caxambu e Caldas Novas atraem visitantes de todo o País por causa de suas águas termais.



Inscriva-se pelo telefone
3079-3459

ou pelo e-mail
cacia@amagis.com.br

CONVÊNIOS

★ AUDI CENTER BH

Aquisição de veículos com descontos.

Endereço:

Av. Raja Gabaglia, 4.181, Santa Lúcia – BH

Telefone:

(31) 3298-6609

★ BANZAI HONDA

Venda de veículos novos com faturamento direto da fábrica, de acordo com tabela divulgada pela montadora.

Endereços:

Av. do Contorno 10.331, Barro Preto – BH

Av. Presidente Antônio Carlos, 7.635, São Luiz

Telefones:

(31) 3878-8888 (Contorno) ou (31) 3401-4100 (Pampulha)

★ VOLVO VALBORG

Venda de veículos com condição comercial diferenciada, de acordo com a disponibilidade do estoque.

Endereço:

Av. Professor Mário Werneck, 26, Estoril – BH

Telefone: (31) 3298-2222

★ RODOBENS TOYOTA

Desconto em veículos conforme tabela mensal para pagamento à vista, e na compra de peças no balcão.

Endereços:

Av. Raja Gabaglia, 4.343, Santa Lúcia – BH
Av. Tereza Cristina (Via Expressa), 3000, Padre Eustáquio – BH

Telefone:

(31) 2102-8400 (Raja Gabaglia) ou (31) 2103-4800 (Via Expressa)

★ CARBEL VOLKSWAGEN

Consulte as condições para associados da Amagis.

Telefone:

(31) 3280-9645

Endereço: Av. Nossa Senhora do Carmo, 500, Sion – BH

Auditório da Amagis é todo renovado

Espaço para assembleias e palestras foi modernizado

O auditório da Amagis, que foi inaugurado junto com o prédio da sede da Associação em 1983, passou por ampla reforma entre o fim ao ano passado e o começo deste ano. As mudanças adequaram o espaço para receber magistrados e convidados que participam de palestras, reuniões e assembleias promovidas no local, além de preservar o patrimônio de todos os associados, que foi construído com muito esforço e trabalho aos longos dos anos.

O local recebeu novo equipamento de climatização, muito mais eficiente e econômico

co que o antigo, novos dispositivos de áudio e vídeo, mais modernos e adaptados às mais recentes tecnologias. Também foram feitas melhorias na acessibilidade e foi criado de um espaço mais apropriado para a recepção de magistrados e convidados e realização de coffee-breaks.

A comissão de obras foi integrada pelo desembargador José Nicolau Masselli, pela juíza Riza Nery, pelo juiz José Eustáquio Lucas Pereira e pela engenheira Mara Lúcia de Carvalho, que acompanharam todo o processo de reforma. ■

FOTOS: TIAGO PARRELA



Novo auditório oferece mais conforto e conta com recursos técnicos modernos

A FEBRE DOS BITCOINS E O RISCO DE NOVA BOLHA

Investidores divergem sobre a solidez e a especulação em torno da moeda

TARCÍSIO JOSÉ MARTINS COSTA*

Investir em 'bitcoin' virou uma verdadeira febre no País. E a febre ganhou muitos graus depois de uma alta de 1.751 %, no ano de 2017.

E a pergunta que se faz: estar-se-ia seguindo o inverso caminho, como ocorreu com a internet nos idos de 2000?

Confrontando os seus defensores, que defendem com inusitado entusiasmo a solidez do ativo, uma grande parte dos investidores se questiona até que ponto essa onda se baseia em fatos reais? Os defensores do investimento, graças aos recordes batidos nos últimos tempos, argumentam que os bitcoins serão usados como a moeda do futuro.

Seus detratores, por outro lado, não veem perspectivas que sustentem essa demanda e associam o processo especulativo ao de uma bolha, como as do 'ponto.com', quando as empresas da internet, com faturamento diminuto, passaram a ser em bilhões de dólares na Bolsa.

Para Pascoal Batista, sócio da Consultoria Deloitte, trata-se de um ativo que está chamando a atenção e que, no médio e longo prazo, vai continuar valorizando (v. folhainvest, de 18/12/2017).

No artigo de Natália Portinari e Daniela Branco – "Bitcoin tem alta de 1.751% no ano passado, e discussão sobre a bolha ganha força"; outro fator que valida a defesa do bitcoin é a entrada de Bolsas de renome nos EUA nesse mercado.

Elas chamam a atenção que a maior bolsa de opções da América do Norte, a CBOE, lançou contratos futuros atrelados à moeda, e o mesmo caminho será seguido, nesta semana, pela Bolsa de Chicago, a maiores de derivativos do mundo.

Para Frederico de Mariz, diretor da UBS Brasil: "Esse movimento é interessante, porque coloca o selo de uma bolsa respeitada. Até hoje o bitcoin, que já tem 10 anos, era uma coisa muito incipiente. Agora, potencialmente, você atrai investidores institucionais como fundos".

Mas há especialistas que veem a formação de uma bolha, que, a qualquer hora, pode estourar. Nos EUA, no "The Wall Street Journal", dos 53 economistas entrevistados, 51 afirmaram que a moeda vive uma bolha especulativa.

Trata-se realmente de um investimento de alto risco. É preciso que o investidor cuidadoso saiba que o primeiro caminho daquele que tem intenção de investir em moeda virtual é dá suporte a esse ativo, que não é regulado por nenhuma Banco Central, as perdas não são garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e que são comuns oscilações superiores a 20% em um só dia.

Para se ter uma ideia, na Bolsa de São Paulo, quando a volatilidade é superior a 10%, o pregão é interrompido, e isso ocorre sobretudo

nos momentos de crise. Em consequência, as aplicações em bitcoins e outras moedas digitais geram uma exposição fora dos padrões. A pressão dos bancos e dos governos já fez as moedas virtuais des-

pensar, como de fato despencaram. Tanto assim, que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) proibiu os fundos de aplicar em moedas virtuais. Devido à grande variação.

O presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, é um dos principais críticos das moedas virtuais, especialmente do bitcoin. Segundo ele, têm duas finalidades: a primeira, especulativa, de gerar ganhos para quem compra e vende,

o que estimula bolha e pirâmides. A outra, dá suporte às atividades ilícitas. No Brasil, bancos como Itaú, Santander e Bradesco se recusam a abrir contas ligadas as criptomoedas. A sua vez, o 'Mercado

Bitcoin' entrou com uma ação na Justiça, que deverá durar anos.

Enquanto isso, para nós mineiros, que medimos a água e o fubá, é conveniente se manter longe dessa briga. Dinheiro não se ganha de maneira fácil. As criptomoedas, da mesma forma que subiram, entraram em queda livre. Quem é mais cauteloso procura aplicar em renda fixa, com farta disposição na rede bancária. ■

*Desembargador

"OS DEFENSORES DO INVESTIMENTO, GRAÇAS AOS RECORDES BATIDOS NOS ÚLTIMOS TEMPOS, ARGUMENTAM QUE OS BITCOINS SERÃO USADOS COMO A MOEDA DO FUTURO"

"SEUS DETRATORES, POR OUTRO LADO, NÃO VEEM PERSPECTIVAS QUE SUSTENTEM ESSA DEMANDA E ASSOCIAM O PROCESSO ESPECULATIVO AO DE UMA BOLHA"

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



AMAGIS

30 anos da Constituição

Neste ano, a Constituição Federal de 1988 completa 30 anos. Como ela foi idealizada? Em quais constituições ela se baseou? Para falar do assunto, convidamos o juiz Bruno Terra Dias, da Vara de Sucessões e Ausência de Belo Horizonte, e o advogado Mário Lúcio Quintão, da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-MG. (Foto)

Psicopatia criminal

O que dizer sobre criminalidade e psicopatia? Como explicar esta violência crescente no olhar da criminologia? O Via Justiça fala sobre a criminologia e os transtornos mentais que podem levar a crimes. Convidamos para falar sobre o assunto, o juiz Thiago Colnago, auxiliar da Presidência do TJMG, e a criminóloga e psicóloga Cláudia Pádua.

Maus-tratos contra animais

O Via Justiça discute os direitos e a realidade dos maus-tratos contra animais no Brasil. Nossas convidadas são a promotora de Justiça Anelisa Cardoso Ribeiro, integrante do Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais - Gedef, e a presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG, Edna Cardozo.

Fraudes no Brasil

Pode-se falar em impunidade para explicar o crescimento das tentativas de fraude no País? Por que se tenta fraudar tanto no Brasil? No Via Justiça, nossos convidados, o juiz Guilherme Lima Nogueira da Silva, auxiliar da Corregedoria do TJMG, e o advogado Paulo da Costa, especialista em Ciências Penais, analisam os aspectos jurídicos, sociais e psicológicos. ■



Desafios do Judiciário

Em edição especial, o Pensamento Jurídico recebe o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, para avaliar os desafios do Judiciário para este ano de 2018. Quais são os riscos para a carreira jurídica e a atividade judicial? Quais são os riscos institucionais para o sistema de Justiça, o Judiciário e Ministério Público? (Foto)

Justiça Militar

De acordo com a nova Lei 13.491/2017, a partir de agora, militar que cometer crime doloso contra civil durante operação será julgado por tribunais militares e não mais pelo Tribunal do Júri. O juiz Fernando Galvão, então presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, destacou quais são os impactos sobre a Justiça Militar.

Carreira na Magistratura

A Magistratura é uma das carreiras mais almeçadas, porém é também uma das mais difíceis do meio jurídico. Quais são as condições exigidas para ingressar na carreira judicante? Convidamos os novos juízes Lucas Fonseca Silveira, da Comarca de Turmalina, e Rafael Arriero Continentino, da Comarca de Santa Maria do Suaçuí, para nos falar sobre o assunto.

Audiência de fortalecimento

O Pensamento Jurídico discute sobre a Audiência de fortalecimento, uma nova modalidade que tem sido realizada nas ações de medidas protetivas em crimes previstos na Lei Maria da Penha. Em quais situações deve ser aplicada? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Marcelo Gonçalves de Paula, da 14ª Vara de Criminal de Belo Horizonte. ■

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

Exposição traz arte disruptiva

Mostra promove a interação
entre o público e as obras

DIVULGAÇÃO FILE



LittleBoxes do artista espanhol Bego Santiago

Até o dia 19 deste mês, o Centro Cultural do Banco do Brasil, em Belo Horizonte, recebe a exposição Disruptiva, uma iniciativa do Festival Internacional de Linguagem Eletrônica, com 25 obras, que variam entre instalações totalmente imersivas a videogames e animações.

Termo que vem se tornando cada vez mais comum, o conceito de disruptão está associado à ideia de inovação tecnológica e a interrupção do curso normal de um processo. É, pois, na linha da ruptura entre a intencio-

nalidade do artista e a possibilidade de interação com a obra que o público se torna coautor das instalações, na medida em que, a partir de sua vivência, atribui sentidos e significado para as produções artísticas.

Little Boxes, de Bego Santiago, é uma das instalações que sugerem a imersão digital. É o público quem vai movimentar a obra, na qual pessoas minúsculas, projetadas em caixas de madeira ficam apavoradas com a presença dos visitantes que entram na sala. Essas pessoas gritam, fogem e se escondem. ■



Retire o
ingresso com
antecedência
pelo site
eventim.com.br
(entrada franca)

AGENDA CULTURAL

★ CINE SABADINHO

Data: 10, 17 e 24 de março

Horário: 10h

Local: Sesc Palladium

Entrada: gratuita (os ingressos devem ser retirados com 30 minutos de antecedência)

Informações: sescmg.com.br

★ BOCA DE OURO

Data: 17 e 18 de março

Horário: dias 17, às 21h, e 18, às 19h

Local: Palácio das Artes

Entrada: R\$ 50,00 a R\$ 60,00 (inteira); R\$ 30,00 a R\$ 25,00 (meia)

Informações: fcs.mg.gov.br

★ TCHAIKOVSKY

Data: 22 de março

Horário: 20h30

Local: Sala Minas Gerais

Entrada:

R\$ 22,00 a R\$ 116,00

Informações:

filarmônica.art.br

★ UM OLHAR SOBRE OS ARTUROS

Data: até 25 de março

Horário: de terça a sexta, das 9h às 21h; sábados e domingos, das 10h às 14h

Local: Museu da Moda

Entrada: franca

Informações: (31) 3277-4384

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

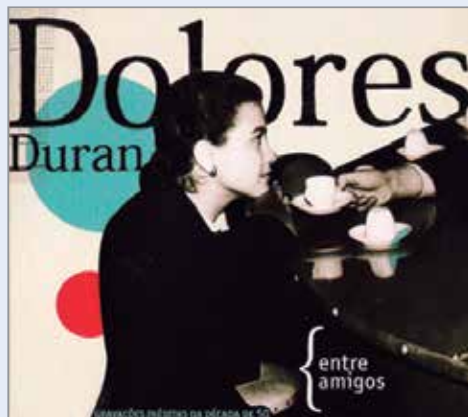
'Dolores Duran – entre amigos'

– No dia 8 de março, celebra-se o Dia Internacional da Mulher e, para lembrar a data, a coluna Baú de Acorde traz um pouco da obra de Adiléia Silva da Rocha (1930-1959), mais conhecida como Dolores Duran, uma das precursoras da música brasileira.

Após o 'Abre Alas' de Chiquinha Gonzaga, no século XIX, a cantora Dolores Duran é considerada uma das primeiras grandes compositoras de canções (letra e música) no Brasil. A artista fez sucesso nos anos 50 e é autora de uma obra presente na memória musical do País, abrindo espaço para gerações de compositoras brasileiras.

Documentado em fita analógica de rolo, o encontro 'Dolores Duran – entre amigos' aconteceu entre 1958 e 1959, durante um sarau na casa de amigos e foi gravado sem a pretensão de virar um disco. As gravações só vieram à tona no final os anos de 1990, durante uma pesquisa sobre a artista. O disco reúne dez gravações e mais três faixas bônus, que registram a cantora e compositora naquele que é considerado seu melhor momento artístico.

Em um clima de *jam session* (improvisação), Dolores canta standards da música americana, como *How High the Moon*, *Cry me a River*, e *Cheek to Cheek*; *Hymne a L'Amour*. Esse último, um clássico da canção francesa escrita por Edith Piaf. O disco inclui ainda achados de samba-canção, com o acompanhamento dos talentos de Baden Powell e Chiquinho do Acordeom.



Disco Dolores Duran - entre amigos

RÁPIDO, FÁCIL E GRATUITO



Programa **Check-up**

Sabemos o quanto seu tempo é importante e que nada é mais imprescindível que sua saúde. Pensando nisso, a Amagis Saúde criou o Programa Check-Up. Nele é oferecida uma série de exames concentrados em um mesmo dia e local, com comodidade e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em www.amagis.com.br

Amagis contra a obesidade infantil

Plano promoverá oficina culinária Super Chef Kids

FREE STOCK PHOTOS



Alimentos com altas quantidades de sal, açúcar e gorduras são vilões da obesidade

No dia 15 deste mês, a Amagis Saúde irá promover a primeira oficina de culinária infantil, Super Chef Kids, para prevenir contra a obesidade infantil. A atividade será desenvolvida com a participação de pais e filhos, e tem como objetivo orientar os adultos sobre os cuidados com a alimentação das crianças, estimulando hábitos saudáveis.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, uma em cada três crianças brasileiras, entre cinco e nove anos, apresentam excesso de peso. O órgão aponta como vilão, para o aumento das taxas de obesidade, o consumo maior de alimentos ultraprocessados, como enlatados, congelados, frituras e outros alimentos industrializados.

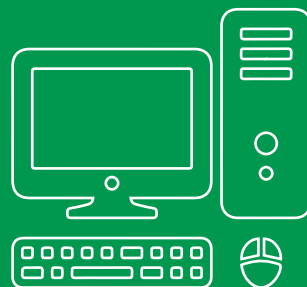
Segundo o Ministério da Saúde, a ingestão de alimentos ultraprocessados tem começado logo nos primeiros anos

de vida. Levantamento feito pelo órgão indica que 40,5% das crianças menores de cinco anos consomem refrigerantes com frequência, e 60,8% das crianças comem biscoitos ou bolachas recheadas, o que aumenta o risco do desenvolvimento da obesidade infantil.

Portanto, para conhecer melhor quais os alimentos devem ser evitados e aqueles que são mais indicados para seus filhos, os pais irão assistir a uma palestra da nutricionista do programa Amor à Vida, Silvana Lopes. Simultaneamente, sob a orientação da médica auditora da Amagis Saúde, Sthepania Medina Socio, as crianças irão aprender a fazer alimentos saudáveis para o seu dia a dia.

Ao final das atividades, pais e filhos participam de confraternização, com lanche preparado pelas crianças. As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3407. ■

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS MÉDICAS PARA IMPOSTO DE RENDA



PARA OBTER O DOCUMENTO, SIGA OS PASSOS ABAIXO:

- 1- Acesse a "Área do Beneficiário" em www.amagissaude.com.br;
- 2- Escolha o Tipo de Acesso (no caso, 'Beneficiário'), digite usuário e senha e clique em 'Entrar';
- 3- Clique no link "Relatórios", depois em "Extrato de IRPF Anual" e em "Gerar";
- 4- Pronto, agora é só salvar o documento no seu computador.

AJUDA

Os associados que não tiverem o nome do usuário e a senha podem solicitá-los pelo e-mail: tisaude@amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3497.

Ciclismo une esporte e lazer à saúde

Magistrados optam pelo pedal para combater o estresse e ganhar qualidade de vida

TIAGO PARRELA

Aliar a prática do esporte e o cuidado com a saúde a um momento de lazer e a descoberta de lugares com parques, ruas, estradas e trilhas. Talvez este seja o grande diferencial para quem pratica o ciclismo. O prazer de andar de bicicleta normalmente começa muito cedo e, como se diz popularmente, é algo que "nunca se esquece".

O juiz aposentado Geraldo Luiz Ribeiro contou que se entusiasmou em andar de bicicleta aos dez anos de idade quando comprou sua Caloi 10. "O ciclismo amador faz bem à saúde e causa menos impactos sobre os joelhos e a coluna, do que outros esportes", avaliou. Ele disse que houve uma época em que integrava um grupo de ciclistas chamado "Le Vélo", que reunia cerca de 50 pessoas para pedalar pelas ruas da cidade, mas diz que hoje prefere pedalar pelas estradas de terra próximas a Belo Horizonte.

Outra vantagem que o juiz Geraldo Ribeiro constatou do uso da bicicleta é de que em países, como na Dinamarca, "há ciclovias por toda

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Cristiano Álvares do Lago

parte, estacionamentos para bicicletas no centro da cidade e os ciclistas são respeitados, pois representam um carro a menos nas ruas, ou seja, mais saúde, menos poluição e toda a sociedade sai ganhando", comentou.

A juíza Mariana de Lima Andrade, da Comarca de Belo Horizonte, diz que sempre gostou da prática de esportes de forma geral, principalmente ao ar livre. Depois de anos praticando spinnig em academias, ela descobriu no ciclismo uma forma de unir as duas coisas. "Sentia-me presa dentro da sala de ginástica. O ciclismo veio como consequência, porque alia as duas coisas", destaca. Sempre que pode, a magistrada gosta de se deslocar até trilhas, ambientes mais afastados, o que, segundo ela, demanda mais tempo. "Não tenho um dia fixo, ou constância na prática do esporte, mas faço sempre que posso", disse.

Já para juiz Cristiano Álvares do Lago, da Comarca de Juiz de Fora, a prática do ciclismo teve início em 2007, quando começou os treinamentos de triathlon, do qual o ciclismo é uma das modalidades junto com natação e corrida. A partir daí, o esporte tornou-se sua paixão. Desde então, tem participado de uma média de quatro competições de triathlon por ano.

Segundo Cristiano Álvares, "o ciclismo é um esporte agradável, prazeroso, que contém menor carga de risco de lesões corporais e pode ser praticado por qualquer pessoa, desde que bem orientado por profissionais experientes".

A prática do ciclismo, assim como de qualquer esporte, aliado à boa alimentação, ajuda a manter uma boa forma física e traz diversos benefícios. O juiz Geraldo Ribeiro constatou que o esporte proporcionou uma melhoria do humor e da condição física, "fatores que melhoram a qualidade de vida e o relacionamento com as pessoas". Esse aspecto também é observado pela juíza Mariana Andrade que acrescentou que o contato com a natureza muito enriquece, tornando a prática mais prazerosa, além de aliviar o estresse do trabalho.

O juiz Cristiano Álvares reconheceu que, depois que começou a encarar o esporte como uma rotina diária e necessária para sua saúde e felicidade, seu ritmo de trabalho melhorou muito. "Tenho muito mais disposição física e mental para trabalhar", afirmou.

Além do ciclismo (às quartas e sábados), o juiz Cristiano do Lago pratica natação e corrida, o que o provoca a fazer uma atividade física todos os dias, regularmente. "No domingo costumo andar de bike com minha esposa", complementa. ■

Conselho Gestor realiza planejamento

Conselheiros fizeram balanço positivo das ações de 2017

GEORGIA BACVAROFF



Conselho Gestor reunido na sede da Amagis

Em sua primeira reunião do ano, no dia 7 de fevereiro, o Conselho Gestor da Amagis Saúde realizou balanço das atividades do plano em 2017, discutiu novas iniciativas que deverão ser realizadas neste ano e deliberaram sobre questões administrativas.

Entre as ações realizadas no ano passado, está o programa de Check-up, cujo lançamento e adesão por parte dos magistrados foram considerados positivos pelos conselheiros. Quanto às novidades para 2018, foi

discutida a realização das oficinas para a prevenção da obesidade infantil (*leia mais na página 18*).

Participaram da reunião, a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto; os desembargadores Edison Feital Leite, Estevão Lucchesi, Alberto Aluizio Pacheco de Andrade, Paulo Mendes Álvares, Renato Luís Dresch e Alexandre Quintino Santiago; e os juízes Marli Maria Braga, Juarez Moraes de Azevedo, Kenea Márcia Damato de Moura Gomes e João Luiz Nascimento de Oliveira. ■

DICAS

Consulta com nutricionista

A consulta com o (a) nutricionista tem cobertura da Amagis Saúde. Para utilizar o serviço, é necessária autorização prévia, conforme as Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Veja abaixo quais são os critérios definidos pela ANS para a liberação da consulta com um(a) nutricionista.

- ▶ **Cobertura mínima obrigatória de 12 consultas por ano de contrato, quando preenchidos pelo menos um dos seguintes critérios:**
 - Crianças com até 16 anos em risco nutricional;
 - Idosos em risco nutricional;
 - Pacientes com diagnóstico de Insuficiência Renal Crônica;
 - Pacientes com diagnóstico de obesidade ou sobrepeso (Índice de Massa Corporal $\geq 25 \text{ kg/m}^2$) com mais de 16 anos;
 - Pacientes ostomizados;
 - Após cirurgia gastrointestinal;
 - Para gestantes, puérperas e mulheres em amamentação até seis meses após o parto.
- ▶ **Cobertura mínima obrigatória de 18 sessões, por ano de contrato, para pacientes com diagnóstico de Diabetes Mellitus em uso de insulina ou no primeiro ano de diagnóstico.**
- ▶ **Para todos os casos não enquadrados nos critérios acima, a cobertura mínima obrigatória é de seis consultas/sessões de nutrição por ano de contrato.**

Tire suas dúvidas no setor de atendimento da Amagis Saúde pelos telefones: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de 2ª a 6ª de 7h às 19h e sábado de 8h às 13h15. ■